

38. PROPOSTA DA CDU:

Da **CDU**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a aprovação das seguintes medidas:

- Suspensão do pagamento das rendas de habitação social para as famílias em que haja perda (total ou parcial) dos rendimentos, sem imposição de quaisquer penalizações por parte do Município;
- Suspensão de qualquer processo de contraordenação no âmbito dos serviços prestados pela BRAGAHABIT e AGERE;
- Estabelecimento de um período de carência, até ao segundo mês após a declaração oficial do fim das medidas de combate à pandemia, para o pagamento de dívidas até sies prestações ao Município e/ou empresas municipais;
- Atribuição de um desconto de 40% na fatura da água e nas taxas de saneamento e de resíduos urbanos aos consumidores domésticos que, por efeito das restrições no âmbito do combate à pandemia, sejam privados dos seus rendimentos em valor igual ou superior a 30% por efeito comprovado das medidas de restrição a atividades económicas;
- Alteração do primeiro escalão de consumo doméstico de água de 5 para 10 m³ e a inclusão, no seguinte escalão, dos demais consumidores domésticos enquanto vigorarem as medidas de restrição a atividades económicas que impliquem perdas de rendimento;
- Suspensão total do pagamento do estacionamento à superfície nas zonas de estacionamento de duração limitada;

- Preparação de um sistema de apoio, compra e distribuição de bens essenciais à população em isolamento ou em quarentena, em articulação com os produtores locais, comerciantes e feirantes, cuja atividade está diminuída, obviando-se assim também as consequentes quebras de vendas;
- Isenção do pagamento de rendas comerciais e concessões em estabelecimentos afetados pelas medidas de restrição à sua atividade e situados em estabelecimentos de habitação, desportivos e culturais municipais,

Tudo nos termos e com os fundamentos da proposta anexa.



A 20 de Junho

2022

Os recentes desenvolvimentos da pandemia no país obrigaram ao prolongamento de medidas para minimizar o contágio por COVID-19, obrigando uma parte muito significativa da população a um novo confinamento e à suspensão de actividade de determinados sectores da economia.

Tal como em consequência das medidas adoptadas com início em Março de 2020, a situação de centenas de agregados familiares, bem como de micro, pequenos e médios empresários do concelho de Braga, tende a tornar-se cada vez mais fragilizada.

O encerramento de vários estabelecimentos do comércio local e de outras actividades, bem como a significativa redução ou perda de rendimentos por parte de muitos trabalhadores, deixa uma considerável parte da população do concelho especialmente desprotegida.

Tendo em conta que, previsivelmente, a situação epidemiológica tenderá a agravar-se por mais alguns meses, e que os efeitos das restrições aplicadas no seu combate afectam já de modo muito prolongado alguns sectores de actividade – como da restauração, cafetaria e similares; cabeleireiros; gabinetes estéticos; estúdios de tatuagens e piercings; livrarias; mercados e feiras; lojas de comércio de outros bens considerados não essenciais; empresas de actividades de turismo, lúdicas, desportivas e recreativas; agentes da cultura, entre outros -, importa criar medidas que possam, dentro das competências do município de Braga, mitigar os efeitos devastadores que este período continua a ter nestes agentes da economia local e na sua capacidade de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, importa proteger as populações no geral, especialmente as camadas mais desfavorecidas, devendo o município garantir, ainda dentro das suas competências, mecanismos e meios para apoiar as famílias que enfrentem reduções significativas ou mesmo perda de rendimentos neste duro contexto.

A CDU propõe que, no seguimento da aprovação do alargamento do prazo para renovação de licenças e isenção das taxas devidas pelo regime simplificado de ocupação do espaço público, a Câmara Municipal de Braga possa também aprovar um conjunto de medidas que possam alargar a protecção social nesta altura, bem como minimizar o impacto do combate à pandemia nos negócios locais.

Assim, a CDU propõe que, durante o período de vigência das medidas restritivas associadas ao combate à COVID-19, a Câmara Municipal de Braga aprove a:

- Suspensão do pagamento das rendas de habitação social para as famílias em que haja perda (total ou parcial) de rendimentos, sem imposição de quaisquer penalizações por parte do município;
- Suspensão de qualquer processo de contraordenação no âmbito dos serviços prestados pela BRAGAHABIT e AGERE;
- Estabelecimento de um período de carência, até ao segundo mês após a declaração oficial do fim das medidas de combate à pandemia, para o pagamento de dívidas até seis prestações ao município e/ou às empresas municipais;
- Atribuição de um desconto de 40% na factura da água e nas taxas de saneamento e de resíduos urbanos aos consumidores domésticos que, por efeito das restrições no âmbito do combate à pandemia, sejam privados dos seus rendimentos em valor igual ou superior a 30% por efeito comprovado das medidas de restrição a actividades económicas;
- Alteração do primeiro escalão de consumo doméstico de água de cinco para dez metros cúbicos e a inclusão, no seguinte escalão, dos demais consumidores domésticos enquanto vigorarem as medidas de restrição a actividades económicas que impliquem perdas de rendimento;
- Suspensão total do pagamento do estacionamento à superfície nas zonas de estacionamento de duração limitada;
- Preparação de um sistema de apoio, compra e distribuição de bens essenciais à população em isolamento ou em quarentena, em articulação com os produtores locais, comerciantes e feirantes, cuja actividade está diminuída, obviando-se assim também as consequentes quebras de vendas;
- Isenção de pagamento de rendas comerciais e concessões em estabelecimentos afectados pelas medidas de restrição à sua actividade e situados em equipamentos de habitação, desportivos e culturais municipais.